



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/03/2013



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3 - 6
2.2. SEGURANÇA.....	7 - 8
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	9
3.2. SELETIVOS.....	10
3.3. VARA DA MULHER.....	11
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. CONVÊNIOS.....	12
4.2. DECISÕES.....	13
4.3. SEGURANÇA.....	14
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CAMPANHA.....	15
5.2. DECISÕES.....	16
5.3. SELETIVOS.....	17 - 18

Comarca de Timon abre edital para entidades sociais

PÁGINA 3

Comarca de Timon abre edital para entidades sociais

Estão abertas desde o dia 27 de fevereiro, e seguem até o dia 18 de março, as inscrições para as entidades sociais, públicas ou privadas, participarem da seleção de projetos na Comarca de Timon. De acordo com o Edital, assinado pela juíza Lewman de Moura, titular da 1ª Vara Criminal, esses projetos devem ser de caráter social ou filantrópico. Os que forem selecionados receberão recursos financeiros advindos das prestações pecuniárias e suspensão condicional da pena ou do processo, e as entidades devem ser sedia-

das na comarca.

Outros requisitos para participar da seleção: a entidade deve estar regularmente constituída há pelo menos um ano; ser dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública.

Os interessados em participar do certame deverão apresentar a seguinte documentação: o projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Timon, com atividades de caráter educativo

de crianças ou adolescentes, de vítimas de violência doméstica ou ressocialização de presos; as certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos da Justiça estadual e Federal, das Comarcas de Timon e de São Luís.

Devem apresentar, ainda, certidões de antecedentes cíveis e criminais emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e Federal, das comarcas de Timon e de São Luís, bem como das comarcas nas quais os respectivos dirigentes residam e tenham residido nos últimos 05 (cinco)

anos, e certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes, além de certidão de quitação eleitoral dos respectivos dirigentes.

O resultado da escolha dos projetos selecionados será divulgado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, até o dia 25 de março. Esses projetos selecionados deverão ter execução iniciada em até 60 (sessenta) dias, sob pena de exclusão do certame e terão validade até o final do ano de 2013, desde que cumpridas todas as condições impostas.

Justiça determina punição a proprietário de bar que desrespeita Lei do Silêncio

Ministério Público entrou na Justiça com ação civil pública contra dono do estabelecimento em Caxias após reclamações de moradores vizinhos ao local

Divulgação

CAXIAS - Como resultado da intervenção do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou prazo de 30 dias ao proprietário de um bar em Caxias para que este faça o isolamento acústico de seu estabelecimento, uma vez que estavam sendo desrespeitados os limites legais de emissão de ruídos.

A decisão judicial proferida pelo juiz Lúcio Antonio Machado Vale é resultado de Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer e Não Fazer, ajuizada em 18 de dezembro de 2012 pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca, Cláudio Rebêlo Correia Alencar.

A manifestação do MPMA foi motivada por diversas denúncias feitas por moradores vizinhos ao Bar Romanos, informando os incômodos causados pela utilização de aparelhagem de som durante vários dias da semana, até depois das 2h da madrugada.

Desobediência - No âmbito estadual, os limites de emissão de ruídos são estabelecidos pela Lei nº 5.715/93, de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei do Silêncio. Pela legislação, os níveis permitidos são de 85 decibéis, entre 8h e 18h, e de 65 decibéis, no horário das 18h às 2h.

Apesar de ter firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MP para adequar seu estabelecimento aos níveis de ruído estabelecidos por legislação, Ildemar Barbosa de Sousa, proprietário do estabelecimento, nunca efetivou a



Ministério Público em Caxias ajuizou ação civil depois de reclamação de desrespeito à Lei do Silêncio

Mais

Também foram judicialmente proibidos o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes no estabelecimento assim como a entrada de armas de qualquer natureza.

adaptação de suas práticas na condução de seu bar.

Vistorias feitas pela Vigilância

Sanitária Municipal no Bar Romanos, a pedido do Ministério Público, em três ocasiões diferentes (maio, julho e novembro de 2012), registraram níveis excessivos de emissão de ruídos, chegando a 85 decibéis.

Determinações - Conforme solicitou o representante do MPMA, além do isolamento acústico do bar de Ildemar Barbosa, o juiz Lúcio Antônio Machado Vale determinou que, também em 30 dias, o proprietário faça o licenciamento

ambiental do estabelecimento junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

O Bar Romanos não deve ainda realizar qualquer evento artístico (festa, show, apresentação) com utilização de equipamentos de som, fixo ou móvel, automotivo ou mecânico, cuja emissão de som que ultrapasse os limites estabelecidos na legislação. Para o caso de desobediência dessa determinação, foi estipulada multa diária de R\$ 5 mil.

Hospital da Mulher está sem centro cirúrgico e atendimento é limitado

Segundo pacientes, cada pessoa tem de optar por apenas um dos serviços oferecidos, entre exames e consultas; direção alega que o centro cirúrgico está desativado porque foi sucateado e que demanda é maior do que a quantidade de profissionais

Problemas de estrutura e atendimento têm feito do Hospital da Mulher, localizado na Avenida dos Portugueses, na área Itaqui-Bacanga, alvo de reclamações da população. A falta de funcionamento do centro cirúrgico e questões de acessibilidade a portadores de deficiência estão entre as queixas. Pacientes também reclamam das dificuldades na marcação de consultas. Segundo as mulheres que vão ao centro de saúde, cada pessoa tem de optar por apenas um dos serviços oferecidos, entre exames e consultas.

Para a dona de casa Hilda Frazão, o número de senhas distribuídas diariamente é muito pouco para a grande quantidade de pessoas que procuram atendimento. "Hoje já é a segunda vez que eu venho aqui. Não consegui senha para ser atendida pela manhã. Agora estou esperando uma vez para a tarde", disse ela, que pretendia se consultar com um ginecologista e marcar uma mamografia.

Na sexta-feira, dia 1º, a Justiça determinou prazo de seis meses para que o Município de São Luís faça a adaptação definitiva no hospital ao acesso de pessoas com deficiência. O promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos explicou que a legislação prevê a adoção de normas que evitem ou removam os obstáculos às pessoas portadoras de deficiência ao acesso a edifícios, logradouros e meios de transporte.

Segundo o diretor do Hospital da Mulher, o ginecologista e obstetra José Cosmo Frazão Ferraz, muitas das coisas que foram solicitadas pelo Ministério Público já foram fei-

tas. O que faltam são alguns serviços, como colocar os corrimãos nas rampas, pinturas e outros serviços que vão alterar a estrutura do prédio. "Estamos aguardando uma solução do prefeito, que avalia as condições do Hospital. Queremos fazer desse centro uma referência na saúde da mulher", afirmou.

Consultas - Em relação à marcação de consulta, o médico confirmou que o quadro de profissionais ainda é pequeno em relação à grande demanda de pacientes. De acordo com ele, esse é um problema geral na rede de saúde municipal que o prefeito tem se articulado para resolver. "A internet

também dificulta o nosso trabalho. Hoje para marcar um hemograma pelo SUS [Sistema Único de Saúde] está demorando cerca de três ou quatro horas", disse o médico.

O diretor do hospital disse ainda que o centro cirúrgico está desativado porque foi sucateado. "Pelo o que soube, levaram tudo para o Socorrão. Na minha gestão anterior, deixei três salas em pleno funcionamento, mas a administração superior não soube gerir adequadamente esse espaço", disse. Quando há necessidade de fazer cirurgias, as pacientes são encaminhadas para outras unidades de saúde do município.

Números

70%

das pacientes do Hospital da Mulher são oriundas do interior do estado

54

leitos estão disponíveis na enfermaria do Hospital da Mulher

Mais

O Hospital da Mulher disponibiliza atendimento especializado às vítimas de violência doméstica. Uma equipe multidisciplinar com assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras e ginecologistas atende essas mulheres, ministrando medicamentos, dando orientações psicológicas, além de encaminhá-las para exames clínicos segundo as suas necessidades.

HOSPITAL DA MULHER ESTÁ SEM CENTRO CIRÚRGICO E ATENDIMENTO É LIMITADO



Muitas pessoas da área Itaqui-Bacanga procuram o Hospital da Mulher em busca de atendimento, mas direção alega que há poucos profissionais para a demanda, problema geral na rede municipal de saúde

Pleito

O presidente Arnaldo Melo (PMDB) recebeu ontem o comando da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma).

Tendo à frente o presidente da entidade, juiz Gervásio Santos Filho, o grupo pediu o apoio aos pleitos de interesse do Poder Judiciário.

Querem a revisão do veto da governadora Roseana Sarney, por inconstitucionalidade, ao Projeto de Lei nº 005/2011, que institui gratificação para diretoria de Fórum.

Cândido Mendes: bando arromba o fórum e leva armas e maconha

Bandidos aproveitaram a ausência de vigilância e entraram no prédio pela caixa do ar-condicionado e roubaram uma pistola, um revólver e 10 kg da droga; Polícia Civil investiga o caso e reclama da falta de juiz na cidade

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Bandidos armados arrombaram na madrugada de domingo (3) o Fórum de Justiça da cidade de Cândido Mendes. Segundo a Polícia Civil, os saqueadores levaram armas e 10 kg de maconha. O crime, de acordo com o delegado José Raimundo Batalha, aconteceu no momento em que o prédio estava sem a presença de vigilantes. "Eles aproveitaram a vulnerabilidade", lembrou.

Localizado na Rua Professor Caxias, centro de Cândido Mendes, o Fórum teve uma de suas paredes danificada pelos criminosos. "Os arrombadores entraram pela caixa de ar-condicionado", acrescentou Batalha. Além da considerável quantidade de droga, os bandidos levaram uma pistola calibre 7.65 e um revólver calibre 38. Registrado o arrombamento, o caso passou a ser investigado.

"Instauramos o inquérito policial e iniciamos as diligências, no intuito de localizar e prender os criminosos, bem como recuperar as armas, já que a droga já deve ter sido consumida", explicou o delegado. Durante as ações, o chefe das

investigações aproveitou para destacar sua preocupação com a falta de juiz titular naquela Comarca. Segundo Batalha, há mais de um ano os processos penais estão parados.

"Quase não temos audiências criminais. Aqui, há muito tempo não se dá uma sentença criminal, seja absolvendo, seja condenando, e isso, claro, tem aumentado a criminalidade", concluiu José Raimundo Batalha.

Barra do Corda - Em pouco mais de duas semanas, este foi o segundo fórum arrombado no interior do Maranhão. Na madrugada do dia 14 de fevereiro, o alvo foi a Casa de Justiça de Barra do Corda.

Segundo a polícia, três homens teriam praticado a ação criminosa, dominando o vigilante e em seguida levando armas, munições e documentos. Entretanto, um detalhe chamou a atenção da polícia.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que, entre os vários processos, apenas o da morte do vereador Antônio Aldo Lopes Andrade, de 48 anos, em setembro de 2012, foi levado pelos bandidos. Quando saíram do fórum, os arrombadores ainda deixaram um recado irônico ao titular da casa. No bilhete, os bandidos pediram ao magistrado que não ficasse zangado por eles terem "comido os biscoitos".

Desde a data do arrombamento ao Fórum de Barra do Corda, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, determinou à diretoria de Segurança Institucional que acompanhasse as investigações em parceria com o Serviço de Inteligência da Polícia Militar, no intuito de recuperar rapidamente as armas e o processo criminal retirado do prédio. As investigações seguem sob sigilo por parte da Secretaria de Segurança Pública (SSP), para quem o TJ solicitou reforço policial para juizes e servidores, e acervo processual da comarca.



Buraco feito na parede, na caixa do ar-condicionado, por onde os bandidos entraram



Documentos não foram roubados, mas parte deles foi jogada em área de mato pelos ladrões

DECIDIDO

Tribunal de Justiça absolve prefeito de Luís Domingues

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) absolveu o prefeito de Luís Domingues, José Fernando dos Remédios Sodré, acusado pelo Ministério Público Estadual de apresentar, com atraso, a prestação de contas de recursos recebidos do Governo do Estado, destinados ao projeto "Carnaval do Maranhão, de volta à Alegria", em 2010.

De acordo com o MP, a prestação de contas total dos recursos deveria ter ocorrido no dia 30 de maio de 2010, ou seja, 60 dias após o término da vigência do convênio.

ANÁLISE - A prestação de contas do convênio - assinado pelo então secretário estadual de Cultura, Luís Bulcão, e pelo prefeito - ocorreu em 30

de dezembro do mesmo ano, ficando em análise pela referida Secretaria, que aprovou o conteúdo dos documentos apresentados.

Segundo o órgão estadual, foi constatada a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente.

Em sua defesa, Sodré alegou ausência de dolo, afirmando ter apresentado as contas, mesmo que com sete meses de atraso.

O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, entendeu que a finalidade do preceito legal violado foi alcançada com a prestação de contas. O seu voto foi acompanhado pelos desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo. O Ministério Público adequou seu parecer em banca.

Cerca de mil candidatos faltam ao concurso para juiz do TJ

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas)

Um total de 928 candidatos faltaram no domingo (3) à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão - o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo.

Os candidatos enfrentaram cinco horas seguidas de prova na Faculdade Fama (Turu), que começou às 8h. O concurso é organizado pelo Cespe/UNB. Estão em disputa 31 vagas e formação de cadastro de reserva.

Durante todo o dia, a comissão, presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, permaneceu no local das provas. "O concurso transcorreu com normalidade, não sendo registrada nenhuma ocorrência negativa", disse o presidente.

Nesta quarta-feira (6) está

prevista a divulgação dos gabaritos, nos sites do Cespe (www.cespe.unb.br) e do TJMA (www.tjma.jus.br).

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro elaborado pela gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior.

"Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado, e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça", lembra Guerreiro Júnior.

CONCURSO- A seleção terá seis etapas. Além da prova objetiva, haverá provas discursiva e oral (de caráter eliminatório e classificatório), e de prática de sentença.

Os aprovados passarão por outros exames, que inclu-



Os candidatos enfrentaram cinco horas seguidas de prova

em desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicológico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e promovido pela Esmam).

Das vagas abertas, e das

que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até 1 hora.

BALANÇO

Juiz apresenta dados sobre a violência contra a mulher em SL

O juiz da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, Nelson Rego, divulgará nesta terça-feira (5), às 9h, na sede do órgão, Avenida Getúlio Vargas, Monte Castelo (em frente ao Hospital Aldenora Bello), pesquisa feita com dados do atendimento diário da Vara e do "Grupo Reflexivo de Gênero", que atende os autores de violência com ações socioeducativas desenvolvidas por assistentes sociais e psicólogos da Vara da Mulher.

PESQUISA - Referente a procedimentos diários da Vara da Mulher - traz informações de processos iniciados em 2011, com a identificação dos bairros das mulheres que sofreram violência doméstica, faixa etária das

vítimas e dos agressores, consumo de bebida alcoólica e outros.

Entre os resultados alcançados com o trabalho voltado para os agressores inclui-se a diminuição do número de reincidência entre os 144 homens atendidos pelo Grupo Reflexivo, no período de 2008 a 2012.

O programa de reeducação está prevista na Lei nº 11.340/2006 e busca interferir de forma preventiva nas relações conflituosas que chegam ao Judiciário maranhense.

Implantada em março de 2008, a Vara da Mulher da capital já sentenciou, em cinco anos, 5.971 medidas protetivas, a exemplo do afastamento do agressor do lar e proibição do contato com a vítima.

Dia Internacional da Mulher

Prefeitura promove Semana Municipal da Mulher Ribamarense

A Prefeitura de São José de Ribamar promove, a partir desta segunda-feira (04), uma vasta programação educativa em comemoração ao Dia Internacional da Mulher no município. As atividades da Semana Municipal da Mulher Ribamarense terão prosseguimento até sexta-feira (08) e a sua maior parte são voltadas para ações a ser desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

A programação educativa organizada pela administração do prefeito Gil Cutrim (PMDB) será oficialmente aberta na tarde desta segunda, a partir das 14h, com a realização do I Seminário Municipal em

Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que abordará o tema "Mulheres Empoderadas de Seus Direitos". A iniciativa é fruto de uma parceria entre a SEMUS, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda (SEMAS) e Poder Judiciário, através da Casa da Justiça de São José de Ribamar.

Durante o evento, que acontece no auditório da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (SEMTUR), serão proferidas palestras abordando temas importantes relacionados as mulheres, como lei Maria da Penha; tipos de violência; e as ações que o governo municipal está executando para

melhorar a saúde das mulheres ribamarense – esta última será ministrada pelo secretário municipal de Saúde, Rodrigo Valente.

Durante o Seminário, é importante ressaltar, também serão empossados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José de Ribamar.

Na terça, quarta, quinta e sexta-feira, a programação tem prosseguimento com a realização de ações de divulgação das atividades da Semana da Mulher Ribamarense (entre as atividades, estão mobilização dos Agentes Comunitários de Saúde e entrevistas em rádios comunitárias), além de promoção de atividades na área da saúde, tais

como realização de teste rápido para HIV/Sífilis nas Unidades Básicas de Saúde do São Raimundo, Panaquatira, DR. Raimundo Balbino, Mata, Matinha, Sarney Filho, Miritiua, Vila Operária, J.Lima, Bom Jardim, Juçatuba, Maioba, Sítio do Apicum, São José dos Índios, Jardim Tropical, Vila Cafeteira, Olho Dagua, Parque Jair, Maiobinha, Vila São Luís, Miritiua II, além dos Centros de Saúde Honório Gomes e Kiola Costa; distribuição de preservativos masculinos e femininos; realização de consultas odontológicas em todas UBS, priorizando o atendimento à mulher; visitas as unidades de saúde, além de palestras importantes abordando temas variados.

Prestação de contas

Câmara do TJ absolve prefeito de Luís Domingues

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) absolveu o prefeito de Luís Domingues, José Fernando dos Remédios Sodré, acusado pelo Ministério Público Estadual de apresentar, com atraso, a prestação de contas de recursos recebidos do Governo do Estado, destinados ao projeto "Carnaval do Maranhão, de volta à Alegria", em 2010.

De acordo com o MP, a prestação de contas total dos recursos deveria ter ocorrido no dia 30 de maio de 2010, ou seja, 60 dias após o término da vigência do convênio.

A prestação de contas do convênio – assinado pelo então secretário estadual de Cultura, Luís Bulcão, e pelo prefeito – ocorreu em 30 de dezembro do

mesmo ano, ficando em análise pela referida Secretaria, que aprovou o conteúdo dos documentos apresentados.

Segundo o órgão estadual, foi constatada a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente.

Em sua defesa, Sodré alegou ausência de dolo, afirmando ter apresentado as contas, mesmo que com sete meses de atraso.

O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, entendeu que a finalidade do preceito legal violado foi alcançada com a prestação de contas. O seu voto foi acompanhado pelos desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo. O Ministério Público adequou seu parecer em banca.

Polícia Civil investiga arrombamento de Fórum na cidade de Cândido Mendes

A Polícia Civil de Cândido Mendes já instaurou inquérito para apurar um arrombamento do Fórum do município, localizado na Rua Professor Caxias, no centro da cidade.

Segundo informações policiais, o crime ocorreu na madrugada de domingo (3), quando o prédio estava sem vigia. A polícia informou, ainda, que os suspeitos pularam o muro do órgão, e conseguiram

entrar no prédio, por meio de um buraco na parede usado para adaptar a caixa do ar condicionado.

De acordo com o delegado José Raimundo Batalha, os elementos levaram uma pistola 765; um revólver 38 e 10 kg de maconha. O delegado também informou que estão sendo realizadas diligências em pontos estratégicos da região, a fim de identificar e localizar os suspeitos.

❖❖ Campanhas educativas, palestras, lançamento de projetos e homenagens fazem parte da programação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) na passagem do Dia Internacional da Mulher, o 8 de março. A programação ocorrerá ao longo do mês.

Câmara do TJ-MA absolve prefeito de Luís Domingues

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) absolveu o prefeito de Luís Domingues, José Fernando dos Remédios Sodré, acusado pelo Ministério Público Estadual de apresentar, com atraso, a prestação de contas de recursos recebidos do Governo do Estado, destinados ao projeto "Carnaval do Maranhão, de volta à Alegria", em 2010.

De acordo com o MP, a prestação de contas total dos recursos deveria ter ocorrido no dia 30 de maio de 2010, ou seja, 60 dias após o término da vigência do convênio.

A prestação de contas do convênio – assinado pelo então secretário estadual de Cultura, Luís Bulcão, e pelo prefeito – ocorreu em 30 de dezembro do mesmo ano, ficando em análise pela referida Secretaria, que aprovou o conteúdo dos documentos apresentados.

Segundo o órgão estadual, foi constatada a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente.

Em sua defesa, Sodré alegou ausência de dolo, afirmando ter apresentado as contas, mesmo que com sete meses de atraso.

O relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, entendeu que a finalidade do preceito legal violado foi alcançada com a prestação de contas. O seu voto foi acompanhado pelos desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo. O Ministério Público adequou seu parecer em banca.

Cerca de mil candidatos faltam ao concurso para juiz do TJ-MA

Um total de 928 candidatos faltaram neste domingo (3) à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrada inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo. **PÁGINA 13**

Cerca de mil candidatos faltam ao concurso para juiz do TJ-MA

Um total de 928 candidatos faltaram neste domingo (3) à prova objetiva do concurso para juiz de Direito substituto de entrância inicial promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão – o que corresponde a 31,1% dos 2.983 concorrentes habilitados nessa primeira etapa do seletivo.

Os candidatos enfrentaram cinco horas seguidas de prova na Faculdade Fama (Turu), que começou às 8h. O concurso é organizado pelo Cespe/UNB. Estão em disputa 31 vagas e formação de cadastro de reserva.

Durante todo o dia, a comissão, presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, permaneceu no local das provas. “O concurso transcorreu com normalidade, não sendo registrada nenhuma ocorrência negativa”, disse o presidente.

Nesta quarta-feira (6) está prevista a divulgação dos gabaritos, nos sites do Cespe (www.cespe.unb.br) e do TJ-MA (www.tjma.jus.br).

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJ-MA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro elaborado pela gestão do desembargador-presidente Antônio Guerreiro Júnior. “Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do estado, e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça”, lembra Guerreiro Júnior.